

Credores aceitam pedido de dispensa feito pelo Brasil

William Rhodes, coordenador do comitê credor, diz ter recebido "número significativo de respostas positivas" de bancos privados, que detêm mais de 60% da dívida externa brasileira

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O caminho para a efetivação do acordo de redução e renegociação da dívida externa do Brasil com credores privados no próximo dia 15 está, finalmente, desimpedido. No final da tarde de ontem, o vice-presidente do Citibank, William R. Rhodes, confirmou ter recebido o volume necessário de respostas positivas ao pedido de dispensa de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que o governo fez na sexta-feira passada, depois que a instituição negou um apoio formal imediato ao plano econômico.

A resposta havia sido solicitada para hoje. Era necessário o assentimento de um conjunto de bancos detentores de pelo menos dois terços da dívida. O refinanciamento da dívida brasileira envolve cerca de 750 credores.

Rapidez — Rhodes, que já comandou várias negociações e supervisiona há dez anos o comitê de bancos credores do Brasil, disse que a rapidez da concessão do "waiver" (dispensa de cláusula contratual) foi sem precedentes.

O acordo com o FMI era uma cláusula contratual da renegociação com os bancos. Mas a razão prática do apoio oficial do FMI já estava esvaziada pela decisão do governo de comprar no mercado os bônus de Tesouro dos Estados Unidos que servirão de colateral (garantia) para fechar o negócio com os credores internacionais. O Tesouro americano havia condicionado fazer uma emissão especial desses bônus desde que o Brasil acertasse um stand-by com

o Fundo.

A conclusão do reescalonamento da dívida com os bancos, num total de US\$ 52 bilhões, encerrará um capítulo difícil das relações econômicas brasileiras com a comunidade financeira internacional. Precipitada em 1982 pela quebra do México, a crise da dívida levou o Brasil a duas moratórias de pagamentos aos bancos, três acordos não cumpridos com o FMI e a um forte isolamento internacional, que apenas começa a ser superado.

O acordo que será assinado no mês que vem começou a ser negociado no primeiro semestre de 1991. Anunciado em 9 de julho de 1992, ainda no governo Collor, ele so-

breviou a maior crise política da história do País e a cinco mudanças de ministro da Fazenda. Essa sequência de fatos demonstra a importância do acordo e reforça as manifestações da opinião pública brasileira ansiosa por ver o País reintegrado à comunidade internacional.

ACORDO
COM BANCOS
SE ARRASTA JÁ
HÁ TRÊS ANOS